



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021.

1. DO PREAMBULO:

1.1. MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO/RS, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 87.613.204/0001-86, com sede administrativa na Av. do Comércio, 196, Centro, no Município de Rodeio Bonito/RS, CEP: 98.360-000, neste ato representado pela Prefeito Municipal, Sr. **Paulo Duarte**, inscrita no CPF/MF sob o N.º 344.372.821-91, da RG nº 04352009-MT, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal N.º 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que, tem interesse em realizar a Contratação de Empresa para o fornecimento de Sêmen Bovino e luvas para inseminação artificial em incentivo a produção leiteira do município de Rodeio Bonito/RS, conforme Lei Municipal nº 3.385/2012 através da Secretaria da Agricultura e conforme Decreto Municipal nº 4.174/2021, considerando o disposto no parágrafo 1º do art.23, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da pratica de atos imorais, atos esses eivados pela pessoalidade e que possam acarretem em tratamento discriminatório não previsto em lei.

2.2. O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

2.3. Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

2.4. Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, autoriza contratações de forma direta, conforme transcrição a seguir:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (Cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.;





ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

[...]

§3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

2.5. Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

2.6. Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela personalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].

2.7. Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

2.8. Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

2.9. No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam: **a) por dispensa de licitação; ou b) por inexigibilidade de licitação.** Especificamente para o caso em tela, assim dispõe o art. 75, inciso II, c/c § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, acima citado.

3. DAS JUSTIFICATIVAS:

3.1. A Constituição da República estabeleceu como regra a nortear a investidura em cargos e empregos públicos a prévia aprovação em concurso público, ressalvando as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, inciso II, da CRFB).

3.2. Paralelamente, o inciso **IX do art. 37 da Carta Magna** outorgou ao legislador ordinário a possibilidade de estabelecer casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

3.3. Entretanto, a presente Dispensa de Licitação só será efetivada após respeitado o disposto no § 3º do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

4.1. Objeto do presente Processo de Dispensa é a Contratação de Empresa para o fornecimento de materiais elétricos para manutenção da Iluminação pública do Município de Rodeio Bonito/RS, conforme Decreto Municipal nº





ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

4.174/2021, considerando o disposto no parágrafo 1º do art.23, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Sêmen bovino convencional da raça Holandesa, cor Preto e Branco, com prova oficial de dezembro de 2023 na base Holandesa (NVI), que contenha as seguintes características mínimas: NVI igual ou maior a 300; VG Leite igual ou maior a 1.600 kg; Confiabilidade de produção igual ou maior a 76%; Saúde de úbere igual ou maior a 104; Facilidade de parto igual ou maior a 104; Composto de úbere igual ou maior a 104; Composto de pernas e pés igual ou maior a 103.	Dose	400
2	Sêmen bovino convencional da raça Holandesa, cor Vermelho e Branco, com prova oficial de dezembro de 2023 na base Holandesa (NVI), que contenha as seguintes características mínimas: VG Leite igual ou maior a 2.000 kg; Confiabilidade de produção igual ou maior a 76%; Facilidade de parto igual ou maior a 106; Úbere igual ou maior a 105; Composto de pernas e pés igual ou maior a 103;	Dose	200
3	Sêmen bovino sexado da raça Holandesa, cor Preto e Branco, com prova oficial de dezembro de 2023 na base Holandesa (NVI), que contenha as seguintes características mínimas: VG Leite igual ou maior a 1.200 kg; Confiabilidade de produção igual ou maior a 75%; Úbere igual ou maior a 105; Saúde de casco igual ou maior a 110; Score de células somáticas igual ou maior a 105.	Dose	40
4	Sêmen bovino sexado da raça Holandesa, cor Vermelho e Branco, com prova oficial de dezembro de 2023 na base Holandesa (NVI), que contenha as seguintes características mínimas: VG Leite igual ou maior a 1.500 kg; Confiabilidade de produção igual ou maior a 75%; Facilidade de parto igual ou maior a 105; Úbere igual ou maior a 105; Composto de pernas e pés igual ou maior a 102.	Dose	20
5	Sêmen bovino convencional da raça Jersey, com prova oficial ou conversão pelo Interbull/Dairy Bulls, com prova de dezembro de 2023, que contenha as seguintes características mínimas: JTPI igual ou maior a 145; PTA Leite igual ou maior a 1.200 libras; Confiabilidade de produção igual ou maior a 78%; JUI igual ou maior a 15; Vida produtiva igual ou maior a 2.0; Estatura igual ou maior a 0; Score de células somáticas igual ou menor a 3.0.	Dose	180
6	Sêmen bovino sexado da raça Jersey, com prova oficial ou conversão pelo Interbull/Dairy Bulls, com prova de dezembro de 2023, que contenha as seguintes características mínimas: JTPI igual ou maior a 120; PTA Leite igual ou maior a 1.300 libras; Confiabilidade de produção igual ou maior a 78%; JUI igual ou maior a 12; Vida produtiva igual ou maior a 2.0; Estatura igual ou maior a 0; Score de células somáticas igual ou menor a 3.0.	Dose	30



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

7	Sêmen bovino convencional da Raça Red Angus, provado pela Associação Nacional de Criadores “HERD-BOOK COLLARES”/PROMEBO, prova não inferior a 2023, que tenha as seguintes características mínimas: Peso ao nascer: DEP igual ou menor a 0; Perímetro escrotal: DEP igual ou maior a 1.5; Ganho de peso do nascimento à desmama: DEP igual ou maior a 6.5; Índice de desmama igual ou maior a 18; Índice final igual ou maior a 23.	Dose	300
8	Luvras especiais siliconadas em caixa com 100 unidades	Caixa	40

5. DA ENTREGA, DO SUPORTE E DA RESPONSABILIDADE:

- 5.1.** Deverá acontecer o fornecimento dos produtos conforme determinado pela Administração Municipal;
- 5.2.** Manter, durante toda a execução do contrato compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições documentais para a efetivação da contratação.
- 5.3.** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo contratante, inclusive nova execução do objeto, se este for entregue em desacordo com o solicitado.
- 5.4.** Fornece todos os materiais necessários à completa execução do objeto do futuro contrato.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO:

- 6.1.** O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, conforme cronograma de pagamentos estabelecidos no Decreto Municipal nº 3.818/2018, mediante apresentação da nota fiscal, atestando a conformidade do objeto licitado.
- Se a Empresa não for optante do simples nacional deverá destacar na nota fiscal a alíquota da IRRF a ser retido pelo município, conforme IN 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 4.210/2022. Sob pena de devolução do documento.
- 6.2.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o recebimento por servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 6.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.5.** Antes do pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas da regularidade social.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 7.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2023:
P/A: 2063 | 33.90.30.40.00.00.00 – MATERIAL BIOLÓGICO | RV- 1

8. DO FORO:

- 8.1.** O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente DISPENSA, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Rodeio Bonito/RS.

9. DA LEGISLAÇÃO APLICADA:

- 9.1.** Aplica-se a este Termo de Dispensa, nos casos omissos, a seguinte legislação:





ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- c) Lei Federal nº 4.320, de 1964;
- d) Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
- e) Lei Complementar nº 123/2021;
- f) Lei Orgânica do Município.

10. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

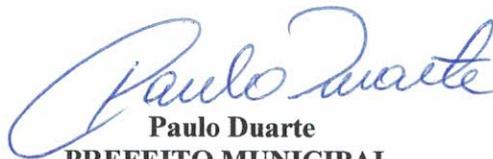
10.1. O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II, c/c § 3º todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as justificativas presentes nos autos.

11. DA DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO:

11.1. Considerando o acima exposto acolho as justificativas da dispensa de licitação e AUTORIZO publicação no sítio da municipalidade pelo prazo de 03 (três) dias úteis.

11.2. Manifestação de interesse e orçamentos deve, nos termos da planilha do ITEM 4.1, ser enviadas para o e-mail licitacao@rodeio bonito.rs.gov.br até as 17:00h do dia 14/02/2024.

RODEIO BONITO/RS, 08 de fevereiro de 2024.



Paulo Duarte
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Duarte
Prefeito
344.372.821-91